

POSITIVO

Linha do Algarve será eletrificada até 2021

Para já, avançará a eletrificação de cerca de 110 quilómetros da Linha do Algarve. Em Faro, o caminho de ferro fica onde sempre esteve, junto à Ria Formosa. A ligação ao aeroporto da capital algarvia permanece em compasso de espera por «dificuldades ambientais» e a travessia para a Andaluzia em comboio não é uma prioridade. Em traços gerais, foi assim a apresentação do projeto de Eletrificação da Linha do Algarve pela Infraestruturas de Portugal (IP) na sexta-feira, 6 de abril. A sessão, aberta ao público, teve lugar na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) do Algarve, em Faro. A obra abrangerá os dois troços que não dispõem de rede elétrica – entre Tunes e Lagos (45 quiló-

metros de extensão) e entre Faro e Vila Real de Santo António (cerca de 56 quilómetros). Está integrada no programa de investimentos Ferrovia2020, e orçada em cerca de 57 milhões de euros, com financiamento comunitário de 85 por cento. Segundo o vice-presidente da IP Carlos Fernandes, a intervenção trará vantagens para os utentes da linha, já que os comboios elétricos vão oferecer «maior qualidade, maior rapidez, menos tempo de trajeto». Já o administrador da CP – Comboios de Portugal, Abrantes Machado, deu uma perspetiva mais lacónica. «Se surgirem novas necessidades de oferta por alteração das características da infraestrutura, será necessário utilizar o material hoje existente, que pode au-

mentar em número, pela entrada ao serviço de material que está hoje imobilizado», disse aos jornalistas. «Não se sabe qual (equipamento) virá a fazer o serviço, porque não se sabe o volume de material que existirá quando for necessário. É necessário proceder à recuperação de material hoje fora do parque ativo para proceder ao reforço da oferta nos troços, hoje sem eletrificação», detalhou. O prazo de execução dependerá da necessidade, ou não, de estudos de impacto ambiental. Caso sejam dispensados pela Agência Portuguesa do Ambiente, as empreitadas avançam ainda este ano. «Pre vemos estar a começar a obra até final de 2019 e concluir a empreitada até final de 2020», disse Carlos Fernandes. A linha deve-

rá estar operacional no início de 2021, após conclusão dos testes. Estão também previstos trabalhos de reforço e estabilização de taludes, de melhoria das condições de acesso ao transporte ferroviário nas plataformas de passageiros, e de reabilitação de pontes e viadutos, bem como de compatibilização dos sistemas de sinalização e telecomunicações, o que inclui a construção de uma nova subestação de tração elétrica em Olhão, orçada em 10 milhões de euros, e a ampliação de outra localizada em Tunes. A apresentação do projeto decorreu à margem da inauguração da exposição «160 anos do Caminho de Ferro em Portugal», que estará na sala de exposições da CCDR/Algarve até dia 30 de maio.



CARLOS GONÇALVES LUÍS
Presidente da Associação de Turismo do Algarve

Um estudo promovido pela Associação de Turismo do Algarve (ATA), responsável pela promoção turística da região junto dos mercados externos, e realizado pela consultora PricewaterhouseCoopers (PwC), revela que, só em 2017, este produto foi responsável pela obtenção de gastos turísticos na ordem dos 370 milhões de euros. A receita gerou 16800 empregos e um Valor Acrescentado Bruto de 500 milhões de euros. O Algarve assegura quase 70 por cento do total nacional de voltas de golfe (1341 milhões na região em 2017). Em média, o golfista gasta cerca de 1500 euros durante a estadia, ficando alojado em hotéis de 4 ou 5 estrelas. A maioria é de origem britânica (73 por cento).



JOÃO MATOS FERNANDES
Ministro do Ambiente

O município de Loulé assinou, no passado dia 6 de abril, no Fórum Municipal Romeu Correia, em Almada, o contrato de financiamento para instalar e executar o Laboratório Vivo para a Descarbonização (LVpD) - Quarteira EcoLab, onde serão testadas soluções inovadoras com vista à melhoria do desempenho ambiental e da sustentabilidade, assente em domínios prioritários: energia, mobilidade, edifícios, economia circular e ambiente. Loulé está, assim, entre os municípios que passaram à segunda fase do programa do Fundo Ambiental, com uma verba associada de 409093,00 euros (taxa de cofinanciamento de 49,4 por cento) ficando o resto, de 50,6 por cento a cargo da autarquia.



MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES
Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

A governante agendou a participação na sessão de apresentação da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social no Algarve, ontem, dia 11 de abril, em Faro. Depois das regiões do norte, centro e Alentejo, a Portugal Inovação Social chega ao sul com 4,8 milhões de euros para financiamento de projetos inovadores que respondam a problemas sociais de forma criativa e diferenciada das respostas tradicionais. A governante agendou também uma visita ao espaço de convívio para seniores, o Lethes Go Caffe, no qual se promovem atividades socio-ocupacionais dinâmicas e estimulantes para e com esta camada da população farense.



ROSA PALMA
Presidente da Câmara Municipal de Silves

A ACRAL – Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve considera a criação de mais uma média superfície comercial no Algarve, designadamente o anunciado Conjunto Comercial Quintas do Rogel, em Alcantarilha, «um erro económico». O novo *retail* no concelho de Silves prevê 36 lojas em cerca de 16 mil metros quadrados. Na perspetiva da ACRAL, este modelo de negócio «está esgotado, é um mercado maduro e saturado, não há lugar para mais». Promove a «desertificação, degradação urbanística, perda de dinâmica social e cultural e a desvalorização da própria cidade enquanto polo de atração turística e de investimento».



Bruno Filipe Pires



Carlos Fernandes, Francisco Serra e Abrantes Machado

NEGATIVO

SEP denuncia retaliações no caso das viaturas de serviço

Duas enfermeiras das Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) de Portimão e Faro foram notificadas para pagamento de danos em viaturas de serviço da Administração Regional de Saúde (ARS) do Algarve, segundo denunciou na quinta-feira, 5 de abril, a Direção Regional de Faro do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP). «Em carta assinada pelo presidente da ARS (Paulo Morgado), é exigido o pagamento no prazo de 10 dias úteis, sob pena de avançar para procedimento disciplinar, reservando-se

ainda ao direito de na falta de pagamento voluntário, proceder ao desconto da importância em dívida no seu vencimento mensal. Esta atitude por parte da ARS gerou uma onda de indignação e protesto», informou o SEP em nota de imprensa. «De imediato vários enfermeiros e outros profissionais se solidarizaram nas UCC de Faro, Portimão, Lagoa e Silves», isto porque «ao longo dos anos, quer por falta de viaturas, quer por falta de motoristas, os enfermeiros têm assegurado visitas domicilia-

rias e outras atividades na comunidade a pé; conduzindo viaturas de serviço (muitas vezes sem condições de segurança, higiene e conforto) e até as suas próprias, pagando do seu bolso», lê-se na nota do SEP. Juntaram-se ao protesto os profissionais das UCC Olhar + (Olhão), Alportel (São Brás de Alportel) e Gentes de Loulé (Loulé). Contactada pelo «barlavento», a ARS do Algarve garantiu que «está a rever a situação para encontrar uma solução, através do diálogo». Segundo uma atualiza-

ção do SEP na segunda-feira, 9 de abril, já terá havido, contudo retaliações. «A Direção do Agrupamento de Centros de Saúde Barlavento retirou todas as Assistentes Operacionais (AO) da UCC e proibiu-as de acompanhar as enfermeiras nas visitas domiciliárias. Esta proibição, sem explicação, estende-se à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados e USF Atlântico Sul, ambas em Portimão. Para o SEP é uma «infantil retaliação» e «um absurdo e inaceitável desperdício dos escassos recursos».